

A

LONGA ESPERA

Alguns livros atingem o público-alvo ao ser publicados. Outros desaparecem das estantes sem se fazer notar pelos leitores adequados. Um terceiro tipo de livros gera mal-entendidos fatais à comunicação do autor com seus leitores.

São Paulo de Dantes, de Maria Paes de Barros, é um destes últimos. Publicado em 1946 pela editora Brasiliense, prefaciado por Monteiro Lobato, desapareceu das bibliotecas públicas, constando de uma ou outra biblioteca particular.

A autora teve dois momentos de notoriedade - quando o livro saiu e seis anos depois, quando completou 100 anos. O conteúdo do livro, porém, não chegou a ser analisado por seus leitores ou pela imprensa. O que chamou a atenção dos leitores foram os atributos da autora - uma senhora de 94 anos de linhagem tradicional paulista, com alguma participação política.

Somente agora, neste ano de 1995, o livro terá uma segunda edição, como fonte primária da história do cotidiano paulista, após a implantação dos Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, originários do surto feminista da década de 70.

A história das diferentes recepções de *São Paulo de Dantes* fornecerá uma contribuição imprevista para a historiografia da família. Através de descrições e reflexões comparativas entre presente e passado, sem preocupações com o avesso daquilo que é lembrado a 90 anos de distância, o livro teve diferentes leituras em seu trânsito entre o lançamento e seu desaparecimento das livrarias.

As memórias referem-se ao período de 1851 a 1889, quando os Souza Barros começam a sofrer os efeitos da decadência econômica, pelo abandono dos engenhos, a divisão e a venda das terras e a alteração de hábitos e interesses dos filhos homens.

Até a historiadora Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, no artigo *Um Lavrador Paulista do Tempo do Império*, publicado na *Revista do Arquivo Municipal*² de São Paulo de 1968, revela apenas que a mãe da autora, na idade madura, passou a levar a vida de professora de línguas estrangeiras e de piano, em um colégio protestante de Piracicaba. Com o tratamento de Dona, dado tanto à mãe quanto à filha, dentro das normas de decoro burguês, a historiadora delimita a situação social e econômica da família da oligarquia paulista e, apesar de ter utilizado *São Paulo de Dantes* para a reconstrução histórica, reduz Maria Paes de Barros a uma filha e esposa prendada, através da adjectivação e de diminutivos.

Uma neta de Maria Paes de Barros, por ocasião de sua morte, enumerou os nove filhos, 29 netos, 51 bisnetos da escritora e referiu-se a suas atividades filantrópicas e sociais, criando um hospital leigo (o Samaritano), uma sociedade auxiliadora da Igreja Presbiteriana e o primeiro Tênis Clube de São Paulo. Não se refere a *São Paulo de Dantes*, detendo-se apenas na pouca receptividade da *História do Brasil*, publicado em 1932.

Esse é um livro de 643 páginas, compilado de uma bibliografia de compêndios e fontes secundárias de história política, em português, francês e alemão.

As inúmeras entrevistas, artigos e programas de rádio que registraram em 1951² os 100 anos de Maria Paes de Barros comentam principalmente a idade com que esse "espírito combativo e jovem, após um século de existência" se propusera a publicar os seus escritos (83 e 94 anos).

No dia 8 de julho de 1951 e dias subsequentes, desfilaram pelos jornais um artigo no *Correio Paulistano*, outro de Afonso Schmidt em *O Estado de S. Paulo* e um terceiro em *Hoje*, além de uma entrevista na Rádio Excelsior, no programa de Helena Silveira. Galeão Coutinho escreveu o seu artigo no *Jornal de Notícias* a 10 de julho, Maria Antônia fez uma reportagem em *A Gazeta*, publicada em 11 e 14 de julho e até a *Última Hora* de São Paulo fez uma reportagem do dia 17 de maio de 1952.

Na maioria dos casos, a qualidade dos escritos e sua contribuição para o conhecimento da vida das famílias e de São Paulo, quando são mencionadas, o são por expressões de surpresa condescendente.

Outra circunstância externa chamava a atenção da imprensa paulista para a escritora. Estávamos em plena Guerra Fria. A guerra entre Aliados e o Eixo, terminada aparentemente em 1945, dera lugar a uma oposição em todos os níveis entre forças ditas democráticas e forças ditas comunistas, dentro e fora dos países, do Ocidente e do Oriente. Entre os comunistas, adeptos e simpatizantes, organizaram-se diversos Congressos da Paz, cujo significado manifesto era uma oposição ao

² A documentação que fundamenta este artigo foi reunida pela Dra. Dulce Helena Ramos e encontra-se no Centro de Apoio à Pesquisa em História, da Universidade de São Paulo.

retrocesso da conquista das liberdades fundamentais, proclamadas na Declaração dos Direitos Humanos.

Por ocasião de seus 100 anos, Maria Paes de Barros coletou 99 assinaturas, das pessoas que a visitaram, em favor do apelo por um Pacto de Paz entre as Grandes Potências. Ainda aqui, os jornalistas e escritores que a homenagearam não se referiram diretamente ao conteúdo do livro. As homenagens foram para a ativista política.

A entrevista da *Última Hora* faz parte de uma série que surge intermitentemente na imprensa "Onde estão os paulistas de 400 anos? "Os demais transmitem observações que podem esclarecer diferentes aspectos da condição feminina e das contradições entre padrões incorporados e convicções adquiridas pela autora.

Afonso Schmidt, em seu artigo, é o único a mencionar o fato de o marido da autora, vereador e senador, que estudara engenharia na Suíça, e teve o nome ligado à defesa da flora da Província, ter vivido como inválido uma parte de sua vida, levando a mulher a assumir as responsabilidades de uma família numerosa, o que ela fez retirando-se para uma fazenda, nas vizinhanças de Pirassununga.

Helena Silveira (Helén, *Folha da Manhã*) preocupou-se mais com a reconstituição de São Paulo, através da entrevistada. Desses "dias que corriam mansos como os pés descalços das escravas", assinala pormenores identificadores da vida cotidiana, aflorados no livro de Maria Paes de Barros.

Coube, contudo, a Maria Antônia, de *A Gazeta* dar oportunidade a que os leitores da década de 90 ouvissem a voz da autora. Maria Paes de Barros contou "que não escreveu a *História do Brasil* de um fôlego só. Teve de interrompê-lo muitas vezes. A senhora sabe, quem tem família grande sempre está às voltas com os problemas de uns e de outros".

Uma reação à entrevistadora é muito sintomática das contradições vividas por Maria Paes de Barros. "Não tome tantas notas, não me ponha nesse galatim que eu não mereço. Todas se admiram da minha paixão por leitura e eu gosto mesmo de ler, porém, não conte estas coisas que podem pensar que eu estou me gabando". Nesta era de auto-promoção, convém lembrar que durante muito tempo "elogio em boca própria (era) vitupério". Ficar no galatim da fama era uma condição depreciativa para mulher "de família". Esta devia ser omissa e seu trabalho devia permanecer invisível. As mulheres estudavam para o caso de precisar trabalhar, o que era mal compreendido como um "mau" casamento, ou desprestígio da família de origem.

A transformação da cidade e de suas exigências levaram Maria Paes de Barros a refletir perplexa, aos 100

anos: "Naturalmente a mulher tem que trabalhar, premiada pelas exigências da vida moderna, de onde se conclui que o que está errado é o organismo social. Entretanto, acho que as mulheres deviam procurar um meio termo para que não se desmoroassem tantos lares, pela ausência constante da mulher, a sua falta de tempo para desempenhar as funções que sempre constituíram seus deveres primários".

Não se orgulhava de ser uma paulista de 400 anos, o que achava uma tolice, mas valorizava muito a educação autoritária e machista que recebeu, o que se depreende das comparações que faz no decorrer do livro, entre a severidade da educação que teve e a que via no caso dos netos. Ainda que esteja convencida de que as mulheres devem cultivar o espírito, deveriam sempre lhes ser ensinados "os velhos mistérios do lar, para agradecer os homens".

Um grande interesse de suas manifestações sobre a condição feminina é a verificação da coexistência de padrões sociais antagônicos, ou que talvez só sejam antagônicos quando observados após algumas décadas. Para a leitora atual é surpreendente que uma escritora, ligada aos movimentos de esquerda do pós-guerra, depois de ter sido liberal e republicana, declare que a mulher não deve participar de política militante. Longe de considerá-la incapaz de exercer tais funções, acha que as situações dúbias e as dissimulações da política não ficam bem à mulher e não estão de acordo com o seu temperamento.

Esteretipos comuns de paulistas afloram em muitos pontos do livro, que Montello Lobato considerou "um diágnóstico do que (a sociedade paulista) foi antes da invasão imigrantista que a desestruturou e ainda a mantém na instabilidade atual". E Maria Paes de Barros, em seu último parágrafo, proclama: "Os bons e honestos paulistas de outrora não conheceriam São Paulo... a transformação foi completa".

Através das páginas existem mudanças de gênero do narrador. Passa, também da primeira pessoa do plural para a terceira pessoa do singular, referindo-se, em certos momentos, a papai e mamãe. O distanciamento variável entre o lugar da autora e o de sua narração proporciona ao leitor atentas sugestões do significado e frequência dos episódios descritos. São memórias da casa e dos caminhos de lama e poeira da infância e da juventude, num percurso pelas casarões, quintais e balneários de São Paulo, e pelas fazendas da família.

A vida familiar gira ao redor da autoridade paterna que vem apregoada com aprovação nostálgica em diferentes momentos, como a bússola e o fundamento, do que ocorria dentro e fora da casa. Mesmo quando

uma leve objeção perpassa as reflexões da autora, ela se apressa em justificar as exigências, determinações e humilhações inflingidas pela autoridade à família: "Na gramática das crianças não existe o verbo querer". "Nada se fazia sem a sua aprovação, mas também exercia aquele pátrio poder com bondade e discernimento."

Essa justificação do autoritarismo paterno fica muito explícita em dois casos - nas reflexões sobre a escravidão e nas narrativas do casamento das filhas.

No caso da escravidão, menciona "entusiasmados generosos que consideravam a escravatura como instituição desmoralizadora, que urgia suprimir". Contudo, acrescenta: "em casa do Comendador, pouco se sentia esse mal, atenuado pela brandura com que a mãe tratava suas escravas, quase como filhas, dirigindo-as e aconselhando-as para que reinasse em sua casa a maior ordem e moralidade".

Em diversos momentos o livro denuncia um tratamento menos maternal que o descrito nesse parágrafo. Existem locais de castigo e tortura, problemas de fuga e desordem, diferenças na alimentação e nas práticas matrimoniais impostas, e freqüentes alusões preconceituosas aos negros, em contradição com outras afirmações.

O problema matrimonial era questão que ficava a cargo dos pais. O pai procurava informações sobre os pretendentes entre parentes e amigos. As grandes preocupações eram não haver mescla de sangue de cor na ascendência e verificar se o partido era bom, ou seja, quais os recursos econômicos presentes ou futuros do pretendente.

Não havia consulta às filhas considerando, neste caso, que impedir em certos casos um casamento era um dever paterno. Isso não dispensa as reiterações da governanta de que o pretendente era um excelente partido, de boa família, parente longe, instruído, bondoso, amável, bonito. Que mais desejar? Não era possível recusar tal felicidade. Contudo, a felicidade parece ter sido sentida pela autora, unicamente ao voltar a São Paulo e à casa paterna, para aquecer-se ao contato da família.

O autoritarismo paterno também transparece na proibição de leituras controladas através da governanta portuguesa e da professora alemã. Maria, essa devoradora de livros, limita-se a indagar timidamente em seu último escrito - que mal poderia haver em ler poesias tão lindas, um delírio espiritual, recreio furtivo aos estudos regulares?

Depois de uma longa espera, a segunda edição das memórias de Maria Paes de Barros pode ser lida, finalmente, como um documento da história da família, no século XIX, e fornece um material importante para as análises da memorialística feminina brasileira, ainda mal iniciada. Mesmo que, do ponto de vista dos historiadores tradicionais e oficiais, o conteúdo deste livro possa se

referir a insignificâncias, são elas que se multiplicam e se condensam na vida quotidiana das pessoas e dos grupos sociais. Os historiadores sociais e das mentalidades reconhecem a riqueza de significados e o desdobramento de conhecimento que podem ser desembulhados desses nada e que permitem construir um saber menos superficial e mais abrangente destas contemplações e reflexões distantes de uma vida.

Hoje, a invasão do público pelo privado, a superação dessa dicotomia e o estabelecimento do social como instância intermediária encontram neste material uma documentação capaz de redimensionar os tempos das alterações e as formas combinadas e contraditórias em que as questões teóricas propostas ocorrem concretamente na vida dos indivíduos.